

OS LABIRINTOS DO PROTOCOLO DE KYOTO

AS NEGOCIAÇÕES INTERNACIONAIS EM TORNO DO CLIMA SÃO COMPLEXAS E DEMORAM ANOS

Quando se discutem as medidas para reduzir o aquecimento global, a maior dificuldade é a teia mundial de interesses envolvidos. Peguemos um exemplo: uma empresa nos Estados Unidos tem de reduzir sua fumaça poluente para não prejudicar os ursos-polares, em risco de extinção a milhares de quilômetros ao norte. Naturalmente, diminuir a emissão de gases custa bastante. O empresário não quer gastar com isso; pelo menos, não quer arcar com tudo sozinho. Podem-se então resumir as extensas negociações a uma pergunta básica: quem paga a conta?

Uma regra das negociações internacionais é a busca do consenso, ou seja, de medidas

assumidas por amplo acordo. O que está em jogo, nesse caso, é a adoção de complicadas regras e procedimentos que afetam o mundo todo. Cada centímetro de avanço é exaustivamente discutido, negociado, barganhado. Há ainda a pressão feita nas ruas pelos movimentos sociais. Vamos explicar um pouco como funciona esse labirinto, no qual se joga boa parte do futuro da Terra.

Eco 92

Os problemas ambientais que afetam o planeta são discutidos em conferências das Nações Unidas das quais participam centenas de países. No caso do clima, a mais importante conferência mundial

ocorreu em Kyoto, no Japão, em 1997. Ela foi resultado de muito vai-e-vem diplomático iniciado aqui mesmo no Brasil, cinco anos antes, durante a Rio 92 (ou Eco 92), considerada a maior conferência mundial já realizada sobre o meio ambiente. Naquela ocasião, foi instituída a **Convenção-Quadro sobre Mudanças Climáticas**, cujo objetivo era estabilizar as emissões atmosféricas de gases do efeito estufa em níveis que impedissem uma interferência perigosa no sistema climático do planeta.

Não se estabeleceram prazos nem metas na Rio 92; apenas foi dado o passo inicial na longa discussão diplomática.

A regulamentação ficou por conta das **conferências das partes (COPs)**, reuniões periódicas de representantes dos países participantes da convenção, com autoridade para tomar decisões, colocá-las em prática e avaliar seu cumprimento. Foram realizadas 12 COPs até agora, e o Protocolo de Kyoto foi assinado durante a COP-3. Ali, foram aprovados metas e prazos de emissão de gases.

Metas práticas

O Protocolo de Kyoto estabelece que os países desenvolvidos, agrupados em uma lista denominada Anexo 1, devem reduzir suas emissões de gases do efeito estufa,

principalmente CO₂ (76% do total de gases relacionados ao aquecimento global), entre 2008 e 2012, para no mínimo 5% abaixo dos níveis de emissão de 1990. Os países em desenvolvimento (não-inseridos no Anexo 1), como o Brasil, comprometem-se a adotar medidas para que o crescimento de suas emissões seja contido, contando para isso com recursos financeiros e tecnologia dos países do Anexo 1.

O conceito adotado em Kyoto é da “responsabilidade comum, porém diferenciada”, o que significa que todas as nações têm responsabilidades no combate ao aquecimento

INDIGNAÇÃO

Membros do Partido Verde da Ucrânia protestam, em 2001, contra a retirada dos EUA das negociações de Kyoto

global, mas aqueles que mais contribuíram historicamente para o acúmulo de gases na atmosfera – pois iniciaram o processo de industrialização há muito mais tempo – têm obrigação maior de reduzir suas emissões. Esses países são os da União Européia, os Estados Unidos, o Canadá, o Japão e outros.

Demorou para que o Protocolo de Kyoto passasse a vigorar. Isso porque, para ter validade, o documento precisava ser ratificado por nações que, juntas, produzissem 55% dos gases lançados na atmosfera em 1990. E os Estados Unidos, responsáveis



AFP/EPASERGEY SUPINSKI